

SOBRE BORBOLETAS E BARATAS: UMA CONVERSA ÉTICA

Everton Nery Carneiro¹

<https://orcid.org/0000-0002-5472-7227>

E-mail: ecarneiro@uneb.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-93>

RESUMO: Este artigo investiga a constituição perspectivista dos juízos morais a partir da metáfora “borboletas e baratas”, entendida como operador conceitual para analisar a distribuição seletiva de valor na ética contemporânea. Parte-se da hipótese de que o julgamento moral não se funda exclusivamente em princípios universais, mas em regimes históricos de utilidade, estética e domesticação que hierarquizam ao vivo. A análise mobiliza a genealogia da moral em Nietzsche para evidenciar a historicidade dos valores; a teoria do poder em Foucault para demonstrar sua institucionalização disciplinar; a noção de vidas lamentáveis em Butler e a crítica do nojo moral em Nussbaum para compreender a economia afetiva do reconhecimento; e a filosofia da linguagem de Wittgenstein para explicitar o papel dos jogos de linguagem na constituição do sentido ético. Conclui-se que a ética contemporânea exige a crítica dos critérios implícitos que definem quais vidas são protegidas, quais são descartadas e quais sofrimentos se tornam socialmente reconhecíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Genealogia. Poder. Linguagem. Valor. Reconhecimento.

ON BUTTERFLIES AND COCKROACHES: AN ETHICAL CONVERSATION

ABSTRACT: This article investigates the perspectivist constitution of moral judgments based on the “butterflies and cockroaches” metaphor, understood as a conceptual operator to analyze the selective distribution of value in contemporary ethics. It starts from the hypothesis that moral judgment is not founded exclusively on universal principles, but on historical regimes of utility, aesthetics, and domestication that hierarchize living beings. The analysis mobilizes Nietzsche’s genealogy of morals to highlight the historicity of values; Foucault’s theory of power to demonstrate their disciplinary institutionalization; Butler’s notion of “grievable lives” and Nussbaum’s critique of moral disgust to understand the affective economy of recognition; and Wittgenstein’s philosophy of

¹ Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação do Campus I - Colegiado de Filosofia. Pós-doutor em Educação (UFC); Pós-doutor em Crítica Cultural (UNEB); Doutor e Mestre em Teologia (EST); Especialização: Educação, Desenvolvimento e Políticas Públicas (FACIBA); Filosofia Contemporânea (Faculdade São Bento); Ética, Educação e Teologia (EST); Graduação: Geografia (UEFS); Filosofia (UNIPLENIA); Teologia (Faculdade Batista Brasileira) e Pedagogia (Centro Universitário Cidade Verde). Líder do GPEARA (Grupo de Pesquisa em Estudos Africanos e Representações da África). Membro do GEPERCS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde); Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos e Representações da África. Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação (UNEB – Campus I). Coordenador do CEPICR (Centro de Estudos e Pesquisas Internacional em Culturas e Religiões). Autor dos livros: “Mitologia Grega e Bíblica - Narrativas de transgressão”; “Filosofia, Teologia e Poesia”; “Ética e Hermenêutica”; “Sobre, Entre e Para”; “Ensino religioso: política, diversidade, fenômeno religioso e práticas pedagógicas”; “Pílulas Freirianias”. “Poesia e Filosofia”.

language to clarify the role of language games in the constitution of ethical meaning. It concludes that contemporary ethics requires a critique of the implicit criteria that define which lives are protected, which are discarded, and which sufferings become socially recognizable.

KEYWORDS: Ethics. Genealogy. Power. Language. Value. Recognition.

INTRODUÇÃO

A ética costuma apresentar-se como discurso de universalidade: princípios, normas, fundamentos. Contudo, a experiência cotidiana sugere algo distinto. Julgamentos morais frequentemente antecedem a reflexão e se apoiam em afetos, enquadramentos e classificações prévias. Antes que um ato seja declarado “justo” ou “injusto”, já se decidiu, muitas vezes silenciosamente, o valor daquele que age ou daquele que sofre a ação.

Este artigo parte de uma metáfora simples: a diferença entre matar uma barata e matar uma borboleta. No primeiro caso, o gesto tende a ser celebrado como higiene; no segundo, denunciado como brutalidade. A discrepância não reside na estrutura do ato, mas no regime de valor que o interpreta. A partir dessa imagem, propõe-se uma investigação filosófica sobre a constituição perspectivista dos juízos morais.

A hipótese central defendida é que grande parte da moral social opera sob uma lógica de conveniência: vidas são hierarquizadas segundo critérios de utilidade, beleza e domesticabilidade. Tal lógica não se restringe ao plano simbólico; ela estrutura instituições, discursos e práticas sociais. Para demonstrá-lo, o artigo mobiliza quatro eixos teóricos complementares.

Primeiro, a genealogia de Friedrich Nietzsche permite compreender que os valores morais são produtos históricos vinculados a relações de força, e não dados transcendentais. Segundo a análise do poder em Michel Foucault revela como tais valores se institucionalizam, produzindo sujeitos e organizando hierarquias de reconhecimento. Terceiro, as reflexões de Judith Butler e Martha Nussbaum mostram como afetos como luto e nojo participam da distribuição desigual de dignidade, definindo quais vidas são lamentáveis e quais são descartáveis. Por fim, a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein esclarece que essas distinções se estabilizam em jogos de linguagem e formas de vida que tornam certas experiências inteligíveis e outras invisíveis.

O percurso do artigo, portanto, desloca-se do gesto cotidiano à crítica social, do inseto ao inimigo político, da estética ao dispositivo de poder, da linguagem à saúde mental. Em todos esses campos, a pergunta permanece a mesma: quais critérios definem o valor da vida?

Ao final, sustenta-se que uma ética consistente exige a explicitação desses critérios e a recusa de sua naturalização. A tarefa não é substituir uma classificação por outra, mas tornar visível o processo pelo qual classificamos, e, ao fazê-lo, autorizamos inclusão ou exclusão.

Se a moral muitas vezes perfuma a violência chamando-a de ordem, a filosofia deve retirar o perfume para revelar o mecanismo.

A ANATOMIA DA PERSPECTIVA: COMO O VALOR DECIDE O “CRIME”

A cena ética que estrutura este artigo (barata esmagada como “limpeza”, borboleta morta como “crime”) revela um ponto decisivo: não é o sangue que inaugura o julgamento; é o valor. O juízo moral costuma chegar depois, como legitimação, e frequentemente legitima aquilo que já estava decidido por um regime de sensibilidade. Em outras palavras, a moral não opera apenas como norma; ela opera como dispositivo de classificação do vivo, separando o que merece cuidado do que pode ser eliminado sem escândalo.

Essa lógica pode ser descrita como perspectivista: a “mesma” ação muda de sentido conforme o enquadramento (o que foi morto, como foi narrado, para quem, em qual contexto). O que se condena ou se absolve, aqui, não é um “ato em si”, mas um ato atravessado por uma gramática social de utilidade, beleza e controle.

A MORAL DA UTILIDADE E O “BEM” COMO INTERESSE DO REBANHO

Quando a morte da barata é celebrada, o elogio moral costuma se apoiar na ideia de proteção e higiene: matou-se “o perigo”, “o impuro”, “o invasor”. Mas note-se: a barata se torna “má” não por uma essência moral, e sim porque aparece como matéria que não

deveria estar ali, ou seja, um signo de desordem no território doméstico. É exatamente por isso que a moral pode operar como política de limpeza.

Mary Douglas (2004, p. 44), ao analisar as categorias de pureza/impureza, mostra que “sujeira” é uma categoria relacional, dependente de posição e esquema classificatório: “sujeira é essencialmente uma matéria fora do lugar.” Essa fórmula é crucial para compreender por que a barata, no rodapé, é mais do que um inseto: ela é o fora-do-lugar que ameaça uma ordem simbólica (doméstica, moral, social). E quando algo ameaça uma ordem, a eliminação tende a ser vivida como restauração do mundo.

Esse mecanismo ecoa uma intuição genealógica: com frequência, aquilo que é chamado de “bem” coincide com o que é útil para a manutenção de uma forma de vida dominante. Nietzsche formula essa captura utilitarista da moral com dureza, ao observar que, em muitos juízos, reina a “utilidade do rebanho”: “As long as the utility which rules in moral value judgments is merely the utility of the herd...” (Nietzsche, 1886, af. 201). Aqui, a moral aparece como linguagem que absolve a violência quando ela serve à conservação de uma ordem compartilhada, e condena quando ameaça os seus ídolos.

O ESTETICISMO COMO PRISÃO: O BELO COMO SALVO-CONDUTO MORAL

Se a utilidade legitima o esmagamento da barata, a borboleta frequentemente recebe um “asilo moral” por outra via: a beleza. A compaixão, então, não é simplesmente respeito à vida; é respeito a um certo tipo de vida, a vida que agrada, que ornamenta, que não confronta.

Nesse ponto, a ética se aproxima de uma estética social: o belo tende a ser confundido com o “bom”, e o feio com o “culpado”. Assim, a borboleta é protegida menos por ser viva e mais por ser “digna de olhar”. É a mesma estrutura que opera em muitos julgamentos humanos: tolera-se a dor quando ela é “narrável”, “poética”, “apresentável”; rejeita-se a dor quando ela é “suja”, “desorganizada”, “sem estilo”.

A moral seletiva, portanto, não é apenas um sistema de normas; é um regime de sensibilidade. Ela ensina o olhar a reconhecer “vidas que valem” e “vidas que

atrapalham”, “vidas que embelezam” e “vidas que contaminam”. A ética, quando capturada por esse regime, torna-se um teatro em que a absolvição depende do figurino.

VONTADE DE DOMÍNIO E FABRICAÇÃO DE CORPOS ÚTEIS

O terceiro eixo da anatomia perspectivista é o domínio. Tanto no aplauso ao esmagamento quanto no horror à morte do “belo”, há uma mesma matriz: o humano como gestor do vivo, autorizando-se a decidir o que deve permanecer e o que pode ser descartado. A diferença é que, em um caso, o domínio aparece como higiene; no outro, como vandalismo.

Esse ponto se esclarece quando se observa como sociedades modernas produzem, treinam e normalizam corpos e condutas. Foucault descreve a disciplina como tecnologia que fabrica utilidade e obediência: “Thus discipline produces subjected and practiced bodies, ‘docile’ bodies” (Foucault, 1977, p. 138). O que importa aqui é a lógica: a disciplina aumenta a força do corpo em termos de utilidade e reduz essa força em termos de autonomia. Em linguagem do nosso artigo: o sistema aprende a distinguir, em escala social, quais vidas “servem” e quais vidas “sujam”.

É por isso que “barata” e “borboleta” funcionam como operadores conceituais: elas nomeiam, em miniatura, uma política de classificação do vivo, e essa política não se limita aos insetos. O mesmo esquema se projeta sobre sujeitos e grupos: alguns são tolerados por serem úteis, outros por serem belos (ou “apresentáveis”), e muitos são descartados por serem percebidos como ameaça à ordem, à estética ou à produtividade.

SÍNTESE PROVISÓRIA: O JUÍZO MORAL COMO ETIQUETA DE CONVENIÊNCIA

Podemos, então, condensar esta seção em uma tese de passagem: a diferença entre o “herói” e o “assassino” não está no gesto, mas no regime de valor que o interpreta. O bem costuma ser aquilo que preserva, embeleza ou serve; o mal, aquilo que desordena, incomoda ou escapa ao controle.

Com isso, o artigo ganha seu impulso seguinte: se a moral é seletiva no rodapé (barata/borboleta), ela também o será no campo social, na segurança (lobo/cão), no sucesso (networking/interesseiro), na saúde mental (tristeza “bonita”/depressão “feia”), e no trabalho (resiliência/exploração). É esse deslocamento que a próxima seção realizará, mostrando como a moral da conveniência estrutura hierarquias e produz “vidas protegíveis” e “vidas descartáveis”.

A MORAL DA CONVENIÊNCIA: DO INSETO AO “INIMIGO” SOCIAL

A metáfora “barata/borboleta” ganha seu peso filosófico quando deixa de ser apenas uma cena doméstica e passa a funcionar como matriz de inteligibilidade social: ela mostra como sociedades decidem, antes de qualquer argumento, quais existências contam e quais podem ser tratadas como ruído, ameaça ou resto. A questão, aqui, não é “o que é o mal?”, mas como algo (ou alguém) é produzido como mal, e quais afetos (asco, medo, pânico, desprezo) alimentam essa produção.

DA SUJEIRA AO BODE EXPIATÓRIO: QUANDO “FORA DO LUGAR” VIRA “FORA DO MUNDO”

Se, no plano do cotidiano, a barata é “matéria fora do lugar”, no plano social o mesmo mecanismo se intensifica: grupos e sujeitos podem ser empurrados para o estatuto de “fora do lugar” e, em seguida, para o estatuto de “fora da vida legítima”. Mary Douglas (2004, p. 44) oferece uma chave crucial ao mostrar que “sujeira” não é uma propriedade natural, mas um efeito de classificação: “sujeira é essencialmente uma matéria fora do lugar.”

A passagem do fora do lugar ao fora do mundo é o núcleo da moral da conveniência: quando a ordem se sente ameaçada, ela não apenas pune ações; ela rearranja pessoas na hierarquia do que merece respeito. O que era “incômodo” torna-se “perigoso”; o que era “desorganizado” torna-se “inimigo”; o que era “feio” torna-se “impuro”. É assim que uma ética aparente (defesa do bem) encobre uma política afetiva (gestão de repulsa e medo).

O NOJO COMO TECNOLOGIA MORAL: QUANDO O ASCO VIRA CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O asco, na cena da barata, parece espontâneo. Porém, sua força social não reside no instinto, mas no modo como ele é convertido em critério moral: “isso é nojento” passa a significar “isso é condenável”. Martha Nussbaum (2004, p.85) analisa precisamente como a repulsa pode funcionar como “fio moral” que guia julgamentos sobre o “muito mau” e o “regulável”, isto é, como um critério para decidir o grau de vilania de atos e sujeitos.

Em termos do nosso artigo: a “barata” é, muitas vezes, menos um ser e mais um gatilho de abjeção, e uma vez acionado, o asco exige uma resposta “limpadora”. Isso explica por que certas violências aparecem como higiene moral (e até como virtude), enquanto outras são denunciadas como crime: não é o ato que muda; é o regime afetivo que o enquadra.

O “INIMIGO” COMO FORMA POLÍTICA: QUEM PODE VIVER E QUEM DEVE MORRER

Quando a moral da conveniência se torna política, ela se expressa como soberania sobre a vida: a capacidade de definir quais existências são preserváveis e quais são elimináveis. Achille Mbembe (2016, p. 123) fórmula isso com máxima clareza: “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.”

O que a metáfora dos insetos antecipa, Mbembe radicaliza: a sociedade (e o Estado) não apenas administra a vida; ela organiza a morte, e o faz por meio de classificações que transformam pessoas em alvos “naturais” da eliminação (material ou simbólica). O “inimigo” nasce quando alguém é convertido em barata: algo que não deveria circular, não deveria ocupar espaço, não deveria aparecer.

VIDAS “CHORÁVEIS” E VIDAS DESCARTÁVEIS: O LUTO COMO MEDIDA DO VALOR

A moral da conveniência também se revela no luto: há mortes que comovem e mortes que não contam como perdas públicas. Judith Butler propõe pensar a guerra e a violência como dispositivos que separam populações entre aquelas cujas vidas são valorizadas e lamentadas e aquelas cuja vida não chega a “contar” plenamente como vida — as “ungrievable lives”. Em um texto de apresentação de suas ideias, Butler (2015) descreve a guerra como um corte que divide “populações em aquelas que são enlutáveis e aquelas que não são”, e define a vida “não enlutável” como aquela que não pode ser lamentada “porque nunca contou como vida.”

No vocabulário deste artigo: a borboleta é a vida “chorável” por excelência; bela, legível, simbolicamente valiosa. A barata é a vida cuja morte pode ser celebrada como serviço. A transposição social disso é dura: certos sofrimentos são reconhecidos, narrados, amparados; outros são tratados como excesso, fraqueza, sujeira, e empurrados para fora da cena pública.

PÂNICO MORAL E FABRICAÇÃO DE “DEMÔNIOS” SOCIAIS

Para que um grupo se torne “barata social”, não basta que seja diferente; é preciso que seja narrado como ameaça. Em termos sociológicos, isso aparece na dinâmica do pânico moral, quando um “episódio, condição, pessoa ou grupo” passa a ser definido como ameaça a valores e interesses sociais.

Filosoficamente, o ponto é: a moral da conveniência precisa de figuras de contraste para se afirmar como “pureza” e “ordem”. Ela fabrica “demônios” para reforçar “normais”. Assim, a ética deixa de ser cuidada com o outro e se converte em autocelebração do rebanho: “somos bons porque eliminamos o que é ruim”. A barata torna-se útil como símbolo, pois ela estabiliza identidades, oferece uma causa, legítima o “braço forte”.

SÍNTESE ARGUMENTATIVA DA SEÇÃO

A moral da conveniência opera como uma gramática de seleção:

- Nojo organiza fronteiras entre o aceitável e o eliminável (Nussbaum, 2004);
- Pureza/impureza transforma “fora do lugar” em ameaça ontológica (Douglas, 2004);
- Soberania decide, no limite, quem “pode viver” e quem “deve morrer” (Mbembe, 2016);
- Grievability revela que nem toda morte é socialmente reconhecida como perda (Butler, 2015).

Com isso, o artigo está pronto para o próximo passo: mostrar como essa mesma moral seletiva atravessa o mundo do trabalho, onde “virtudes” como resiliência e networking podem mascarar exploração e instrumentalização, e onde o burnout pode virar troféu, não por ética, mas por estética e conveniência do sistema.

O MUNDO DO TRABALHO E A ESTETIZAÇÃO DO SUCESSO

Nesta seção, transponho a lógica da moral da conveniência para o universo do trabalho e da performance moderna. A questão que orienta esta análise é simples, mas profunda: por que algumas formas de comportamento profissional são celebradas enquanto outras, estruturalmente equivalentes no plano da potência, são rejeitadas, simplesmente porque se apresentam sob códigos estéticos distintos? A resposta está na perspectiva de que, em muitos contextos, a avaliação moral do indivíduo profissional não depende de parâmetros universais de bem ou mal, e sim de regimes históricos de valor que selecionam o que é visto como digno de reconhecimento, admiração ou exclusão.

NIETZSCHE, GENEALOGIA E A CRÍTICA DOS VALORES

Friedrich Nietzsche, em *A Genealogia da Moral*, propõe que os juízos de valor como “bom” e “mau” não são absolutos nem originários, mas historicamente constituídos e carregam relações de poder em sua gênese. Ele pergunta: “sob que condições o homem inventou os juízos de valor ‘bom’ e ‘mal’? E que valor esses juízos em si mesmos

possuem?” e responde que essa pergunta em si já desestabiliza a crença em valores morais universais, pois revela que tais valores estão entrelaçados a relações sociais e históricas de força.

Nietzsche distingue entre moralidade de senhor e moralidade de escravo: a primeira nasce da afirmação de força e autoafirmação, a segunda emerge como ressentimento dos fracos contra os fortes, transformando suas fraquezas em valores, como humildade ou altruísmo. Aplicado ao mundo corporativo ou acadêmico contemporâneo, esse diagnóstico permite ver como certas formas de conduta valorizam a potência (o agir criativo e arriscado) e outras, a conformidade utilitária (resiliência passiva, obediência disciplinar), criando categorias de “heróis produtivos” e “inadaptados improdutivos”.

Nietzsche também discute o problema do castigo e do poder associado à moral, mostrando que a função da punição, em muitas culturas, é menos restaurativa do que um exercício de dominação e reafirmação da ordem. Ele incluso descreve vários sentidos de punição; como compensação de dano, advertência, isolamento do “perturbador” e até a eliminação de elementos considerados decadentes. Essa formulação nos ajuda a perceber por que o sistema corporativo pode punir a mesma ação de maneiras divergentes: “dar duro demais” pode ser celebrado como dedicação quando aparece sob um filtro estético valorizado, mas condenado como falta de elo social quando surge sem esse filtro.

FOUCAULT: DISCIPLINA, PODER E PERFORMANCE

O filósofo francês Michel Foucault radicaliza e expande essa análise nietzschiana ao relacionar moral, poder e técnicas de subjetivação. Em *Vigiar e Punir* (embora aqui estejamos reconstruindo a partir de leituras secundárias), sua genealogia do poder mostra que as instituições modernas, tais como escolas, fábricas, quartéis, hospitais, não apenas controlam corpos, mas produzem sujeitos dóceis que internalizam normas de desempenho e utilidade. Para Foucault, poder não é apenas repressão; é produção de comportamentos e subjetividades, inclusive no ambiente de trabalho e nas avaliações de desempenho.

Em seus escritos posteriores, Foucault retoma explicitamente o método genealógico nietzschiano para investigar como sistemas de classificação e valoração

emergem historicamente em práticas sociais, numa “genealogia do poder” que revela as discontinuidades, contingências e conflitos que tornam o presente possível.

Portanto, os julgamentos contemporâneos de desempenho profissional, por exemplo, a exaltação de habilidades de networking, visibilidade pública e “brand pessoal”, não decorrem de princípios universais de sucesso, mas de regimes de sensibilidade e poder que privilegiam certas formas de encenação da vida. Em termos foucaultianos: os sujeitos profissionais são moldados nem tanto por escolhas livres quanto por dispositivos de poder/valor que definem o que é “visível, valorizável e recompensável”.

SUCESSO COMO ESTÉTICA PERFORMATIVA

No ambiente corporativo e nas plataformas digitais, o ideal de sucesso tende a funcionar como uma espécie de “borboleta estética”: performance impecável, linguagem polida, narrativas de superação personal branding, toda uma estética que valoriza conformidade com padrões dominantes de aparência, produtividade e visibilidade.

Essa estética exerce duas funções principais: Modela subjetividades, ao prescrever formas de ser que devem ser admiradas, gerando hierarquias de valor implícitas; Oculta relações de poder, ao fazer crer que aqueles que alcançam status de reconhecimento o fazem por mérito absoluto, e não por terem se conformado a regimes de valor específicos.

Nietzsche, ao questionar os valores dados como naturais, ajuda a revelar que isso não é mérito neutro, mas resultado de histórias de valorização social. Foucault, ao conectar poder e produção de subjetividade, mostra que esses regimes valorizam não apenas capacidades, mas modos de existência que internalizam normas de produtividade e apresentação.

BURNOUT E A CELEBRAÇÃO DA RESILIÊNCIA

Se Nietzsche evidencia que a moral funciona por transvalorização histórica, Foucault ajuda a entender como essas valorações se institucionalizam. Uma das manifestações atuais dessa dinâmica é a celebração do burnout como um troféu, isto é, a

promoção da exaustão laboriosa como símbolo de dedicação máxima. Aqui, dois movimentos se cruzam: a narrativa corporativa que romantiza o sofrimento produtivo; a internalização dessa narrativa pelos trabalhadores, que passam a julgarem a si mesmos pela mesma régua.

Esse tipo de celebração não é apenas retórico, mas um dispositivo de poder que legitima formas de trabalho extenuantes enquanto oculta relações materiais de exploração.

Nesta seção, vimos que a moral da conveniência; aquela que distingue “vidas valiosas” de “vidas descartáveis” com base em critérios de utilidade e estética, se reproduz no ambiente do trabalho e da performance social. Nietzsche e Foucault são fundamentais para essa análise: o primeiro porque genealogiza os valores morais e mostra sua historicidade contingente; o segundo porque revela como regimes de poder produzem subjetividades e valores que parecem naturais, mas são efeitos de práticas sociais específicas.

Essa perspectiva prepara o terreno para a próxima e última seção: a saúde mental como campo de valoração desigual, em que certas formas de sofrimento são narradas como heroicas, outras como fracassos pessoais, uma nova face da moral da conveniência que revela a dimensão estética e política da ética contemporânea.

SAÚDE MENTAL E A ECONOMIA DO SOFRIMENTO

Nesta seção final do corpo do artigo, exploramos como as estruturas de valoração moral, já identificadas como baseadas em conveniência, utilidade e estética, se manifestam no que se denomina hoje a “saúde mental”, ou seja, no modo como sofrimentos, dores, vulnerabilidades e estados psíquicos são avaliados, codificados discursivamente e classificados socialmente como dignos de atenção ou descartáveis. Essa análise revela que a moral da conveniência não aparece apenas em julgamentos explícitos de valor; ela também opera na maneira como as comunidades fazem sentido do sofrimento humano, muitas vezes privilegiando formas “narráveis”, “apresentáveis” ou “funcionais” de sofrimento em detrimento de outras.

“VIDAS LAMENTÁVEIS” E A POLÍTICA DO LUTO

Judith Butler, em sua obra *Frames of War: When Is Life Grievable?*, investiga como as sociedades modernas diferenciam vidas cuja perda é chorada socialmente daquelas que passaram sem reconhecimento público. Butler mostra que essa distinção não é natural, mas histórica e cultural: algumas vidas são grievables (“lamentáveis”), outras não são sequer consideradas vidas dignas de luto. Essa desigualdade revela um poder que decide quem merece ser contado como humano e quem é descartável (Butler, 2009).

Do ponto de vista da ética, isso significa que certas formas de sofrimento, aquelas que se encaixam em narrativas aceitáveis, que se tornam representáveis em discursos públicos, são mais propensas a receber atenção social; outras, não. No plano da saúde mental, essa lógica se manifesta quando há uma tendência a romantizar sofrimentos que cabem em narrativas de superação ou em um ciclo produtivo, como a “tristeza poética” valorizada em contextos artísticos, enquanto formas brutais de sofrimento, como depressões profundas ou desordens incapacitantes, muitas vezes são socialmente invisibilizadas, estigmatizadas ou tratadas como fraquezas morais.

O NOJO MORAL E O JULGAMENTO DO SOFRIMENTO

Martha Nussbaum, em *Hiding from Humanity: Disgust, Shame, and the Law*, argumenta que o nojo, uma resposta emocional profundamente enraizada, influencia significativamente julgamentos éticos e jurídicos e pode conduzir a práticas de exclusão, estigmatização e punição social. Nussbaum afirma que o conteúdo afetivo do nojo está ligado a “ideias mágicas de contaminação e aspirações impossíveis à pureza”, e que moralizar o nojo tem implicações perigosas, uma vez que ele se associa a atitudes de rejeição e alienação em relação àquilo que é percebido como “impuro” ou “indesejável” (Nussbaum, 2004).

Transposto para o terreno da saúde mental, isso implica que estados psíquicos que evocam respostas de repulsa, estranheza ou incapacidade têm maior probabilidade de serem moralmente desvalorizados, enquanto expressões de sofrimento que não evocam esses afetos se tornam mais facilmente incorporadas a narrativas sociais como

“compreensíveis”, “aceitáveis” ou mesmo “virtuosas” (quando moldadas por normas de desempenho ou busca de significado existencial).

LINGUAGEM E SOFRIMENTO: WITTGENSTEIN E A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO REAL

Ludwig Wittgenstein, embora não tenha elaborado um tratado de ética sistemático, oferece recursos metodológicos valiosos para compreender como os regimes discursivos moldam o que entendemos por sofrimento, emoção e experiência psíquica. Em seus escritos (especialmente nas Investigações Filosóficas), Wittgenstein (2014) argumenta que o significado das palavras depende de seu uso em práticas sociais específicas, os chamados “jogos de linguagem”; e que a linguagem está inserida em “formas de vida”, ou seja, nos modos de viver e interagir de uma comunidade.

Esse ponto é iluminador para os debates sobre saúde mental: expressões como “ansiedade”, “mede depressão”, “resiliência” ou “burnout” não têm um sentido fixo e universal, mas adquirem sentido na maneira como são usadas nos discursos sociais, clínicos e políticos. Wittgenstein (2014) aponta para a ideia de que linguagem não é apenas um espelho da realidade mental, mas constitui práticas e formas de articulação da vida humana.

Em termos éticos, isso nos permite compreender que as narrativas sobre sofrimento, sejam elas de superação épica ou de incapacidade profunda, são moldadas por linguagens que carregam critérios sociais, culturais e históricos de valorização. Esses critérios podem privilegiar ou marginalizar experiências de sofrimento conforme as convenções discursivas dominantes.

A ECONOMIA SELETIVA DO SOFRIMENTO

Articulando Butler, Nussbaum e Wittgenstein em conjunto, podemos caracterizar o julgamento social do sofrimento como uma economia seletiva de valor, na qual:

- *vidas e experiências são valorizadas ou desvalorizadas socialmente* com base em narrativas que têm mais a ver com *regimes de linguagem e de afeto* do que com qualquer critério universal de dignidade humana;

- *certos sofrimentos são tornados socialmente “lápídáveis”* (isto é, recebendo reconhecimento, luto, assistência), enquanto *outros são relegados ao silêncio, à vergonha ou ao estigma*;

- *a linguagem desempenha um papel constitutivo* nesse processo, pois aquilo que se pode dizer, narrar ou enunciar de modo socialmente legível tende a *ser vivido como mais “real” ou mais “importante”* do que o que não pode ser articulado de maneira reconhecida socialmente.

Essa economia seletiva do sofrimento ecoa, no plano moral, o mesmo processo que delega corações aflitos às hierarquias de valor: a sociedade tende a valorar o sofrimento que se encaixa em narrativas aceitáveis (por exemplo, a narrativa heroica de resiliência) e desvalorizar o sofrimento que evoca repulsa, medo ou incapacidade de performance social.

Enquanto a moral da conveniência opera no plano dos juízos cotidianos de valor (como no caso das “borboletas” e “baratas”), ela também se manifesta na maneira como sistemas de linguagem, afetos e práticas discursivas elaboram categorias de sofrimento. Uma ética que pretenda ultrapassar essa morfologia de exclusão deve, portanto, se engajar não apenas com princípios abstratos de dignidade, mas com a análise cuidadosa das formas de linguagem e afeto que estruturam a vida social.

CONCLUSÃO

A investigação desenvolvida ao longo deste artigo partiu de uma cena aparentemente trivial, o esmagamento da barata e a preservação da borboleta, para revelar um problema ético estrutural: o valor da vida não é reconhecido de modo uniforme, mas distribuído segundo regimes históricos de valoração. O gesto de matar não é, por si, o que define o crime; o que o define é o enquadramento moral que antecede o julgamento.

A genealogia nietzschiana permitiu compreender que categorias como “bom” e “mau” não são dados absolutos, mas produtos históricos ligados a relações de força. O que se chama “bem” frequentemente coincide com o que preserva a ordem dominante; o que se chama “mal” tende a designar aquilo que ameaça ou desestabiliza essa ordem. A moral, nesse sentido, não é apenas normativa: é estratégica.

Foucault ampliou essa leitura ao demonstrar que tais valorações não permanecem no plano abstrato, mas se institucionalizam como dispositivos de poder que produzem sujeitos, classificam corpos e organizam hierarquias de utilidade. A moral da conveniência, identificada na metáfora dos insetos, mostrou-se operante também no mundo do trabalho, onde o sucesso depende menos da ação em si e mais de sua conformidade a códigos estéticos e produtivos.

Ao deslocar o foco para a saúde mental, a análise encontrou em Butler e Nussbaum elementos decisivos para compreender que nem toda vida é igualmente “lamentável”, nem todo sofrimento é igualmente reconhecido. Certas dores se tornam narráveis e, portanto, dignas de compaixão; outras permanecem fora do campo do luto público. A seletividade ética revela-se, assim, também como economia afetiva.

Wittgenstein contribuiu para explicitar que essas distinções não são apenas políticas ou morais, mas também linguísticas: o que pode ser reconhecido como sofrimento, fracasso ou dignidade depende dos jogos de linguagem e das formas de vida que estruturam uma comunidade. O significado moral não é fixo; ele emerge no uso. E, ao emergir, organiza o mundo.

A metáfora “borboletas e baratas”, portanto, não pretende reduzir ou transformar a ética à estética ou à utilidade, mas denunciar quando isso já ocorreu silenciosamente. Ela revela que muitas vezes protegemos o que embeleza e eliminamos o que desordena, chamando essa distinção de justiça.

O desafio ético contemporâneo, à luz dessa análise, não consiste apenas em formular novos princípios normativos, mas em interrogar os critérios implícitos que distribuem valor à vida. Uma ética à altura de sua própria promessa precisa deslocar-se da conveniência para a responsabilidade, e isso implica reconhecer que o valor do vivo não pode depender de sua beleza, produtividade ou adequação ao olhar dominante.

Entre a asa colorida e a carapaça escura, não há duas ontologias distintas, mas duas projeções do mesmo gesto classificatório. A tarefa filosófica é tornar visível esse gesto.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Frames of War: When Is Life Grievable?* London: Verso, 2009.
- BUTLER, Judith. *Precariousness and grievability*. London: Verso, 2015. Disponível em: Verso Books (texto online). Acesso em: 26 fev. 2026.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: um estudo dos conceitos de poluição e tabu*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Citações selecionadas. Goodreads (vários textos incluindo *The History of Sexuality, Discipline and Punish*).
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: Procomum (PDF). Acesso em: 26 fev. 2026.
- NIETZSCHE, Friedrich W. *On the Genealogy of Morals* (original title: *Zur Genealogie der Moral*). 1887. Disponível em: Wikipedia (resumo editorial). Acesso em: 26 fev. 2026.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras (obras comentadas e disponibilizações didáticas).
- NUSSBAUM, Martha C. Disgust and our animal bodies. In: NUSSBAUM, Martha C. *Hiding from humanity: disgust, shame, and the law*. Princeton: Princeton University Press, 2004. p. 85- (trecho em PDF). Disponível em: Arizona State University (PDF). Acesso em: 26 fev. 2026.
- NUSSBAUM, Martha C. *Hiding from Humanity: Disgust, Shame, and the Law*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- SILVA, C. J. *Foucault e Nietzsche: a genealogia, a moral e a história*. Universidade Católica do Salvador.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2014.

Submissão: outubro de 2025. Aceite: novembro de 2025. Publicação: fevereiro de 2026.